

OAB vai acionar corte internacional

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e seccionais do Amazonas e de Roraima informaram ontem que vão acionar a Corte Interamericana de Direitos Humanos contra o Estado brasileiro, em decorrência dos massacres ocorridos em penitenciárias daqueles estados, nesta semana, quando ao menos 89 pessoas foram mortas em meio a rebeliões.



NOVO MASSACRE

Pelo menos 33 morrem em presídio de Roraima



CARRO DO IML em frente à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, ontem, onde mais de 30 presos foram mortos em mais um massacre no sistema prisional do país

A morte de presos da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo ocorre cinco dias após a chacina de detentos do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), no Amazonas, que resultou na morte de 56 detentos

São Paulo (AE) - Ao menos 33 mortes foram registradas madrugada de ontem, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Pamc), na zona sul de Boa Vista, capital de Roraima, segundo informações da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado. Esse número pode passar de 40, segundo familiares ouvidos pela reportagem.

Em nota, a pasta informou que a o Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar tomou o local. O Governo "esclarece que a situação está sob controle e que o Bope (Batalhão de Operações Especiais) da PMRR (Polícia Militar) está nas alas do referido presídio". Em outubro, na mesma penitenciária, uma rebelião provocada por briga entre o Comando Vermelho e o PCC deixou pelo menos 10 presos mortos. Três das vítimas teriam sido decapitadas, e sete teriam tido os corpos queimados em uma grande fogueira no pátio da unidade.

Todos os mortos seriam integrantes da facção Comando Vermelho, que domina cerca de 10% do presídio. Os outros 90% são controlados pelo grupo rival PCC. Até junho passado, PCC e CV eram aliados na disputa pelo controle do tráfico na fronteira com o Paraguai.

Durante o período da manhã, pelo menos três barulhos de bombas de efeito moral puderam ser ouvidos de dentro da unidade, mas segundo os policiais, a medida é adotada para dispersar os presos, facilitando a retomada do controle do local. O policiamento das imediações daquela que é considerada a maior unidade prisional do Estado foi reforçado. O clima de tensão é evidenciado nos rostos de familiares de presos e também dos policiais designados para cercar o perímetro da Pamc.

A morte de presos da Pamc ocorre cinco dias após a chacina de detentos do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), no Amazonas, que resultou na morte de 56 presos. Questionada sobre a ligação deste ocorrido com o do Estado vizinho, a Sejuc está encarando a situação como uma briga interna.

O vice-presidente de Defesa dos Direitos e Prerrogativas do Advogado da OAB Roraima, Marco Antônio Pinheiro, visitou o presídio ontem e disse que a chacina que vitimou 33 presos já era uma tragédia anunciada. Ele atribuiu a culpa aos poderes públicos do Estado, principalmente o sistema judiciário, pela falta de iniciativas em relação ao sistema prisional de Roraima.

Governo: mortos não têm ligação com facções

Boa vista (AE) - Em entrevista coletiva ontem, em Roraima, o secretário de Justiça e Cidadania, Uziel Castro, afirmou que os presos mortos durante a chacina promovida pelos integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) não tinham ligação com o crime organizado. Segundo Castro, as mortes não foram decorrência de um confronto entre facções, mas "uma ação isolada de membros do PCC contra pessoas que não eram ligadas a nenhuma facção". Ele contou que a chacina foi previamente planejada, mas disse que os órgãos de inteligência não haviam detectado indícios que ela ocorreria.

"Foram três frentes de homicídios contra vítimas sem ligações com facções. Presos do regime fechado mataram presos do mesmo regime, assim como os preventivos e os que estavam na ala de segurança se mataram entre eles". Nenhum órgão de inteligência detectou a matança, segundo o secretário, e o

que teria ocorrido foi uma ação isolada. "Foi uma barbaridade contra presos comuns, e não entendemos o motivo. Não tem justificativa nem fundamentos, e a princípio, seriam 33 mortes de pessoas que não pertencem a organização criminosa". Ele informou que os presos integrantes de facção foram separados no dia 3 de novembro e que os que se declararam do Comando Vermelho estão na cadeia pública, onde não houve rebelião. "Separamos os presos por facções, além de estarmos preparados para evitar fugas. Fazemos revistas constantes, foram feitas varreduras onde encontramos armas e até pólvora e tudo foi apreendido. As armas usadas na chacina são artesanais que eles utilizam feitas lá dentro mesmo com sobra de material de construção da reforma do presídio". A secretaria ainda não informou quem são os mortos e deu o prazo até este sábado, para divulgar os nomes dos principais envolvidos.

Moraes: foi acerto interno de contas do PCC



MINISTRO DA JUSTIÇA ALEXANDRE DE MORAES

Brasília (AE) - O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, negou ontem que o sistema prisional brasileiro vive uma guerra entre facções rivais e que a situação tenha saído do controle após um novo massacre na Penitenciária Agrícola de Boa Vista. "A situação dos presídios não saiu do controle, é outra situação difícil em Roraima. Roraima já tinha tido problemas anteriormente", disse. Para o ministro, o episódio ocorrido não é "aparentemente" uma retaliação do Primeiro Comando da Capital (PCC) à Família do Norte, autor do massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus.

No início da semana, Moraes disse acreditar que o massacre em Manaus não se tratava simplesmente de uma guerra entre facções rivais e que não haveria retaliação do PCC. As declarações de Moraes foram dadas durante a apresentação do plano nacional de segurança elaborado pelo governo federal nesta sexta. Antes do início das perguntas de jornalistas, ele falou por cerca de duas horas sobre os detalhes das medidas, mas não mencionou o episódio ocorrido na madrugada desta sexta em Boa Vista. Segundo ele, o diferencial do plano será justamente a cooperação com todos os Estados para solucionar esses problemas.

MINISTRO DA JUSTIÇA diz que a situação dos presídios não saiu do controle

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA PARA DISSOLUÇÃO E ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO ANFEMP-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS ESTADUAIS MUNICIPAIS E PRIVADOS Assembleia Geral Ordinária Por este edital são convocados os membros do Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e a todos os associados da ANFEMP-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS ESTADUAIS MUNICIPAIS E PRIVADOS, cujo funcionamento era Rua Batista de Oliveira 470, sala 501, Bairro Centro de Jaz de Terra Nova, para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em endereço sito AVENIDA PRESIDENTE JUNGELINO KUBITSCHEK N. 241, LOJA, BARRIO INDUSTRIAL, JUIZ DE FORA - MG, no dia 11 de janeiro de 2017 às 16 horas em primeira convocação ou no dia 12 de janeiro de 2017 no mesmo endereço para deliberarem os seguintes fins: 1-Sobre a paralisação das atividades da associação e extinção dos associados. 2-Sobre a renúncia e a retirada de diretores, conselheiros e membros. 3- Por fim sobre a dissolução e extinção e encerramento desta associação e assuntos gerais. Pelo Diretor-Presidente MARCOS EMILIA VENTURA

ASSOCIAÇÃO MINAS PRAIA De acordo com os artigos 20 e 28 do Estatuto desta Associação, ficam os senhores associados convocados para a Assembleia Geral, a realizar-se no dia 14 de janeiro de 2017, no Hotel Conquistador, situada na Avenida de JUIZ DE FORA, na rua Santo Antônio nº 760, Bairro Centro. A primeira convocação ocorrerá às 10h, desde que a maioria dos associados esteja presente; a segunda convocação será às 10h30 com qualquer número de associados presentes. São terão direito à efetiva participação na assembleia, bem como à votação, os associados que estiverem quites com a tesouraria da Associação. A pauta da assembleia será: 1) Marcação de apartamentos para os detentores de cotas móveis; 2) Esclarecimentos sobre regras para agendamento de apartamentos a partir de 1º de fevereiro/2017 para os cotistas detentores de cotas móveis que tiverem reservadas cotas de inscrição; 3) Esclarecimentos sobre regras para agendamento de apartamentos por cotistas detentores de cotas móveis a partir de 20 de fevereiro/2017 relativamente aos demais meses do ano; 4) Esclarecimentos sobre a irrevogabilidade e não rescisibilidade da ordem de entrega; 5) Esclarecimentos sobre a necessidade de identificação e pagamento de valores à Associação; 6) Esclarecimentos sobre a possibilidade para a cotista que não cancelar sua reserva com antecedência mínima de 45 dias; 7) Esclarecimentos sobre a necessidade de procuração do cotista para a prática de atos perante a associação; 8) assuntos gerais. Haydee Lima Brandão - Diretora.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º Termo Aditivo de prorrogação de prazo ao contrato de contratação de empresa especializada na prestação de serviços em locação, implantação, suporte técnico remoto e assessoria técnica em software na Câmara Municipal de Guiricema, celebrado em 15 de junho de 2016, constante do PRC n. 001/2016 Pregão Presencial n. 001/2016. CONTRATADA: Plano Informática Ltda, EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 23.366.974/0001-99. PRAZO DE ADITIVO: Prorrogar a vigência do contrato por 12 (doze) meses, diante da necessidade de continuação dos serviços prestados, sendo tal prorrogação vantajosa para a administração, considerando que ficarão mantidos os valores já pactuados. Guiricema/MG, 30 de dezembro de 2016. Rafaela Alves de Souza CONTRATANTE CÂMARA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

O SINDICATO DOS CONDOMÍNIOS DE JUIZ DE FORA E ZONA DA MATA MINEIRA, com base nos municípios de Além Paraíba, Barbacena, Bicas, Caranrola, Cataguases, JUIZ DE FORA, Leopoldina, Muriaé, Ponte Nova, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Del-Rei, São João Nepomuceno, Ubá, Viçosa e Visconde do Rio Branco, todos no estado de Minas Gerais, convoca a todos os representantes de condomínios comerciais e residenciais para Assembleia Geral, para decisão da negociação salarial dos empregados para o ano de 2017, na data de 11 de janeiro de 2017 em primeira chamada às 15h30 e segunda chamada às 16h. Mais informações poderão ser obtidas através dos telefones (32) 3082.7016 ou ainda pelo e-mail: sindicadominiospatronal@hotmail.com JUIZ DE FORA, 6 de janeiro de 2017. SHEILA RAKAUSKAS PEREIRA DA COSTA